

APOIO À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS E NEGROS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: AS EXPERIÊNCIAS DOS PROJETOS TUTORIA E BRASIL AFROATTITUDE NA UFBA

Paula Cristina da Silva Barreto (Depto.de Sociologia-UFBA)

5. INTRODUÇÃO

A implementação de programas de ação afirmativa que incluem a adoção de reserva de vagas para estudantes de graduação nas universidades públicas pode ser vista como resultado da maior visibilidade do racismo brasileiro, com o que muito contribuiu as denúncias dos movimentos negros e a produção de evidências empíricas comprovando a existência e persistência das desigualdades raciais (Hasenbalg e Silva, 2003; Henriques, 2001; Silva, 2000). Nesse contexto, a criação de políticas compensatórias visando a desracialização das elites econômicas e intelectuais no Brasil foi ganhando apoio como uma estratégia adequada para combater o racismo no Brasil (Guimarães, 1999).

Focalizando segmentos ou setores onde há – comprovadamente – sub-representação ou exclusão total de determinadas categorias em posições socialmente valorizadas, como nos postos de trabalho dos alto e médio escalões das empresas públicas e privadas, e nos cursos de alto prestígio das universidades, as políticas de ação afirmativa têm recebido apoio na academia (Carvalho, 2002; Silvério, 2002), nas organizações dos movimentos negros (Silva, 2003) e na população (Guimarães, 2003; Barreto e Oliveira, 2003).

Alguns críticos destas políticas têm insistido que os seus defensores parecem afirmar a “*inevitabilidade da racialização do mundo*” (Fry, 2005), mas penso que é preciso reconhecer que, de alguma maneira, a racialização já existe, e que não necessariamente é a ação afirmativa que vai criá-la. Além disso, também não existem evidências de que a ação afirmativa é um caminho para a construção de um país racialmente dividido, como afirmam Fry e Maggie (2004).

Para além das divergências existentes entre os defensores e os opositores da criação de reserva de vagas para negros no Brasil, é preciso levar em conta que o racismo é um fenômeno multidimensional, que, na maioria das vezes, combina segregação e assimilação, e que, portanto, o melhor caminho para o enfrentamento do racismo é a combinação entre

políticas universalistas e políticas de ação afirmativa, que incluem ações distintas visando a igualdade de oportunidades e a igualdade de resultados (Barreto, 2004).

Já existem distintos programas de ação afirmativa em processo de implementação nas universidades públicas brasileiras, mas ainda são poucos os estudos visando analisar estas iniciativas (Santos e Queiroz, 2005-2006). A ampliação desses estudos permitirá testar alguns dos argumentos presentes no debate existente entre os que são favoráveis e os que são contrários às cotas raciais. No que diz respeito ao apoio à permanência de estudantes oriundos de grupos que, historicamente, têm sido excluídos do ensino superior, o próprio termo 'permanência' parece remeter apenas ao problema da evasão, muitas vezes visto como resultado dos problemas econômicos e do suposto déficit na formação prévia dos estudantes. As propostas de ampliação dos programas de bolsas e de assistência estudantil, bem como de tutoria, são as respostas oferecidas a estas duas dimensões - econômica e educacional - do problema.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBa), o Projeto Tutoria e o BRASIL AFROATITUDE – Programa Integrado de Ações Afirmativas para Estudantes Negros, que oferecem bolsas e suporte acadêmico para estudantes negros, se inserem em um contexto mais amplo de sensibilização para a existência de desigualdades raciais nas instituições de ensino superior e de adoção de medidas para combater tais desigualdades. O Programa de Ação Afirmativa adotado na UFBa prevê um conjunto de ações visando o apoio à permanência, além de medidas para a preparação, acesso e pós-permanência. No que diz respeito ao acesso, a criação de cotas no processo seletivo, desde 2005, trouxe mudanças profundas na distribuição dos estudantes de graduação, com um aumento significativo da proporção daqueles oriundos de escolas públicas, negros e índio-descendentes, principalmente, nos cursos em que essa proporção era pequena se comparada com a composição da população do Estado (Santos e Queiroz, 2005-2006). E tais mudanças ocorreram sem que houvesse prejuízo do mérito, que continua sendo levado em conta no processo seletivo realizado na UFBa.

A inclusão de propostas tratando do apoio à permanência dos estudantes de graduação no Programa de Ação Afirmativa da UFBa se justifica por haver reconhecimento de que, além do problema do acesso à formação superior, os alunos egressos de escolas públicas, afro-brasileiros e índio descendentes enfrentam dificuldades para construir

trajetórias bem-sucedidas durante os cursos de graduação. Cerca de 34% de alunos que conseguem ingressar na UFBA não completam o curso no prazo máximo regulamentar e existem evidências de que os estudantes negros e egressos de escola pública são especialmente afetados por esse problema: 50% dos aprovados no Vestibular 2003 eram negros e 33% eram egressos de escola pública; apenas 43% dos graduandos daquele ano eram negros e 19% de escola pública (Santos et al., 2005). O Programa de Ação Afirmativa da UFBA prevê a adoção de três medidas visando o apoio à permanência: revisão da grade de horários de modo a permitir a combinação entre estudo e trabalho, o que inclui também a abertura de cursos em horários noturnos e aulas concentradas em fins de semana; a implementação de um programa amplo de tutoria social, reforço escolar e acompanhamento acadêmico que atenda a todos os estudantes que demandarem, independente de terem ingressado pelo regime de cotas, ou não; a ampliação da capacidade de atendimento dos programas de apoio estudantil, com mais bolsas de trabalho, bolsas-residência e auxílio alimentação. Diferentemente da criação de cotas no exame vestibular, a implementação destas medidas não resulta apenas de decisões no âmbito na UFBA, mas depende da existência de recursos adicionais e de mudanças na política de assistência estudantil por parte do MEC.

Embora tais mudanças ainda não tenham se concretizado, o MEC têm implementado alguns programas dirigidos para o ensino superior que consideram a condição sócio-econômica e étnico-racial dos estudantes, como o PROUNI (voltado para o financiamento dos gastos com mensalidades em universidades particulares), o Universidade para Todos (que propicia a preparação para os processos seletivos das universidades), o Conexões de Saberes e o Uniafro (que apóiam a permanência de estudantes através da concessão de bolsas para aqueles que conseguiram aprovação nos processos seletivos de universidades públicas). O BRASIL AFROATITUDE é outra iniciativa de apoio à permanência através da concessão de bolsas, visando exclusivamente estudantes negros beneficiados pelos sistemas de cotas já criados em universidades públicas brasileiras, que resultou de uma parceria entre o Programa Nacional DST-AIDS, do Ministério da Saúde, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Presidência da República, e a SEPPIR. A existência de tais programas é consequência da articulação existente no âmbito do Governo Federal entre setores ou órgãos que, ao formatar e implementar programas de promoção da

igualdade racial, buscam responder às demandas dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, obter o apoio político e financeiro por parte de outras instâncias governamentais necessário para a consolidação de uma política pública nessa área.

A contribuição dos organismos internacionais (como a UNESCO) e das fundações privadas (como a Ford Foundation) nesse tipo de articulação também tem sido bastante relevante, seja através da criação de programas autônomos que induziram a implementação de projetos nas instituições públicas de ensino superior, ou através do financiamento de programas que têm sido implementados por órgãos governamentais.

O contexto no qual o BRASIL AFROATITUDE se insere é bem distinto daquele que caracterizou o início do PROJETO TUTORIA, tendo em vista que o Governo Federal já está implementando programas de ação afirmativa que têm como beneficiários categorias diversas - negros, mulheres, povos indígenas e portadores de deficiência -, e que incluem programas na área de educação, especificamente, voltados para a promoção da igualdade racial. Além disso, diversas instituições públicas de ensino superior já criaram programas de ação afirmativa que incluem, entre outras ações, a reserva de vagas no processo seletivo para o ingresso de estudantes de graduação. O fato de já ter criado um programa de ação afirmativa qualificou a UFBA para participar dos programas lançados pelo Governo Federal visando apoiar tais iniciativas, como é o caso do próprio BRASIL AFROATITUDE, e do Conexões de Saberes e Uniafro, estes últimos vinculados ao Ministério da Educação.

Em suma, trata-se de um contexto marcado pela ampliação do debate sobre a adoção dos programas de ação afirmativa no ensino superior que, embora ainda esteja concentrado na questão da reserva de vagas, tem passado a incluir cada vez mais a discussão sobre a própria implementação desses programas, com destaque para a questão do apoio à permanência dos estudantes oriundos de escolas públicas e negros, ou de origem indígena, que ingressaram na UFBA através das cotas.

2. AS EXPERIÊNCIAS DOS PROJETOS TUTORIA E BRASIL AFROATITUDE NA UFBA

Nesse texto serão analisadas duas experiências de implementação de projetos para o apoio à permanência de estudantes ‘negros’ em cursos de graduação na Universidade Federal da Bahia (UFBA). O primeiro deles – PROJETO TUTORIA – teve início em 2002 e se encerrou em 2004. O segundo – PROGRAMA BRASIL AFROATITUDE – teve início em 2005 e está em fase de conclusão. Estas duas iniciativas têm em comum o fato de que selecionaram estudantes ‘negros’, sendo que, no primeiro caso, se tratava de estudantes que participaram de um processo seletivo para o ingresso na Universidade em que não havia reserva de vagas e, no segundo caso, já havia sido criado um programa de ação afirmativa que combina a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e para estudantes ‘negros’ e ‘indígenas’¹. Nos dois casos, o critério utilizado para a identificação destes estudantes foi a auto-classificação, e na divulgação feita como parte do processo seletivo foi anunciado que seriam fornecidas bolsas de ajuda de custo para estudantes ‘negros’.

Em termos de avaliação dos resultados do PROJETO TUTORIA e do BRASIL AFROATITUDE, é importante considerar a existência de duas dimensões distintas, porém articuladas: institucional e individual. Na dimensão institucional, a sensibilização da comunidade universitária para a importância dos objetivos do Projeto, a visibilidade alcançada dentro e fora do espaço universitário, e a obtenção de apoio através de parcerias com outros setores da Universidade e da sociedade merecem destaque. Na dimensão individual, a performance acadêmica dos jovens participantes, a formação de redes de sociabilidade no ambiente universitário e comunitário, e as mudanças nas atitudes em relação à questão do racismo e identidade racial, são os aspectos mais relevantes.

¹ No final de 2002, foi criado um Grupo de Trabalho sobre Políticas de Inclusão Social com a atribuição de elaborar uma proposta de “estratégias de inclusão social”. Este Grupo de Trabalho finalizou um documento contendo as propostas do atual Programa de Ação Afirmativa na Universidade Federal da Bahia, que foi aprovado em abril de 2004 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e, posteriormente, pelo Conselho Universitário, atendendo às exigências regimentais.

2.1 O PROJETO TUTORIA

O PROJETO TUTORIA foi um dos vinte e sete projetos selecionados em uma concorrência nacional visando estimular a criação e/ou continuidade de projetos voltados para promover o acesso e a permanência de estudantes oriundos de grupos historicamente sub-representados nas universidades brasileiras, através do Programa Políticas da Cor. Este foi lançado em 2001 no Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, esta que foi a primeira universidade pública brasileira a reservar vagas para estudantes de graduação negros e oriundos de escolas públicas. No debate em torno da reserva de vagas nos processos seletivos para o ingresso nas universidades públicas, a premissa do PROJETO TUTORIA era que, além de envidar esforços no sentido de garantir o acesso por meio de medidas como a adoção de cotas, é necessário também garantir a permanência dos estudantes negros nas universidades públicas (e particulares) brasileiras com a finalidade de: i) construir de trajetórias acadêmicas bem-sucedidas nos cursos de graduação, com vistas ao ingresso na pós-graduação; ii) diminuir o *gap* cultural que dificulta e até mesmo impede que estes estudantes se adaptem às normas implícitas e explícitas vigentes no ambiente acadêmico.

TOTAL DE ALUNOS SELECIONADOS POR CURSO

CURSOS	NÚMERO DE ALUNOS
CIÊNCIAS SOCIAIS	7
PSICOLOGIA	1
PEDAGOGIA	1
BIBLIOTECONOMIA	1
MUSEOLOGIA	1
ECONOMIA	2
MATEMÁTICA	1
ESTATÍSTICA	1
LIC. DESENHO	1
LIC. TEATRO	1
C. BIOLÓGICAS	2
C. NATURAIS	1
TOTAL	20

No momento em que a seleção para o PROJETO TUTORIA foi realizada (em 2002) era incipiente o debate na UFBA sobre a ação afirmativa, mas, mesmo sendo a primeira vez que um projeto com esse formato era implementado na Universidade, não houve qualquer manifestação pública contrária ao fato de que se pretendia selecionar apenas estudantes 'negros', partindo da comunidade universitária, ou de fora dela. A existência do Projeto também não suscitou discussões sobre as possíveis dificuldades relacionadas à identificação desses estudantes. Do ponto de vista da Coordenação do Projeto, a opção pela auto-classificação resultou da certeza de que não seria adequado impor qualquer tipo de categorização aos estudantes, recorrendo a outros expedientes para decidir sobre quem poderia ser considerado 'negro' ou 'negra'. Os resultados do processo seletivo mostraram que havia variação nos tons de pele, indicando que foi utilizada uma definição abrangente de 'negro', que incluiu também estudantes mestiços (que poderiam ser considerados 'morenos' ou 'mulatos'). Vale salientar que a tonalidade da cor não foi utilizada pela Coordenação como critério para a escolha dos vinte estudantes participantes - entre os sessenta e três que se inscreveram -, mas apenas a renda familiar, local de moradia e trajetória escolar.

A inclusão de estudantes de pele clara entre os vinte selecionados ao final do processo seletivo, não deixou de provocar reações entre alguns estudantes participantes e/ou próximos de grupos ligados aos movimentos negros locais, e com atuação dentro da UFBA. Essas reações não foram de rejeição ou crítica aberta, mas de uma certa desconfiança e, até mesmo, de indiferença em relação ao Projeto. Atitudes como essa podem ser compreendidas como expressão do desconforto e, até mesmo, do temor diante da possibilidade de que pessoas que poderiam não ser consideradas 'negras' fossem beneficiadas por programas de ação afirmativa. Estas se tornaram mais frequentes posteriormente, ao longo do processo de discussão que levou à aprovação do programa de ação afirmativa da UFBA, que incluiu a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, 'negros' e 'indio-descendentes', e é reveladora das disputas e tensões existentes em torno da definição da categoria 'negro'.

Ao longo dos dois anos de existência do Projeto várias atividades foram desenvolvidas voltadas para a formação² e sensibilização³.

Com base nas entrevistas realizadas com os estudantes participantes⁴, foi possível destacar aspectos importantes da trajetória educacional anterior e posterior ao ingresso na universidade, bem como sistematizar as percepções em relação ao racismo, às políticas anti-racistas e à participação no Projeto.

No que diz respeito à trajetória anterior ao ingresso na universidade, houve um nítido contraste entre os relatos sobre as dificuldades e precariedade encontradas no sistema público de ensino fundamental e, principalmente, médio, e os relatos sobre a importância de ter cursado o ensino médio no CEFET (antiga Escola Técnica Federal da Bahia), não apenas para a aprovação no vestibular, mas para um bom rendimento nos cursos de graduação. Duas das participantes do Projeto Tutoria cursaram o ensino médio no CEFET e uma delas mencionou o quanto foi difícil conseguir ser aprovada no processo seletivo, e a importância dessa experiência no surgimento do projeto de dar continuidade aos estudos em uma universidade pública de qualidade. Aprovada no Curso de Ciências Sociais, essa estudante obteve desde o começo do curso notas excelentes, foi uma das participantes de um programa de intercâmbio nos Estados Unidos durante um semestre, e atualmente está concluindo o curso e se preparando para fazer Mestrado em Sociologia na Universidade de São Paulo.

A outra estudante iniciou o ensino médio no CEFET depois de já ter concluído todo esse nível de ensino em outra escola pública, como forma de obter uma melhor preparação que permitisse a sua aprovação nos processos seletivos para o ingresso nas universidades públicas existentes em Salvador. Ao concluir o curso no CEFET, foi aprovada no vestibular da UFBA para o curso de Ciências Biológicas, o que ocorreu, portanto, depois de um período de seis anos de estudos, o que explica, segundo a estudante, que não tenha sentido dificuldades para acompanhar os colegas que, em sua maioria, obtiveram a formação básica

² Programas de leitura e discussão de textos; . orientação acadêmica individual; . visitas orientadas; . criação de oportunidades para a atuação em atividades de pesquisa e/ou extensão; . preparação dos estudantes para a participação em programas de intercâmbio através da formação em língua estrangeira; . estímulo à participação em eventos científicos e políticos; . e criação de espaços de interação e sociabilidade.

³ Realização de eventos estimulando o debate e a reflexão sobre o racismo e, especificamente, sobre a desigualdade no ensino superior; . articulação com outros setores da comunidade universitária buscando apoio através de parcerias visando a continuidade e a expansão das atividades do Projeto.

⁴ Foram realizadas entrevistas gravadas, com roteiro e duração média de 45 minutos, com nove estudantes entre os vinte participantes do Projeto.

na rede privada de ensino. No entanto, essa estudante decidiu posteriormente que não prosseguiria os estudos nessa área, optando por fazer novamente o vestibular para o curso de Ciências Sociais. Segundo a estudante, uma das razões para a sua decisão foi o fato de não ter encontrado um ambiente amigável, mas, pelo contrário, ter se sentido excluída em uma Faculdade onde predominavam estudantes de classe média, oriundos de escolas particulares e onde eram poucos os negros. Além das dificuldades de relacionamento com os colegas, a estudante mencionou que os professores deixaram explícito em diversas ocasiões que tinham expectativas negativas em relação aos estudantes oriundos de escolas públicas, em sua maioria, negros. A combinação entre exclusão social e racial explicava, segundo a estudante, porque os poucos estudantes negros que ingressaram no mesmo ano que ela formaram um grupo que permanecia sempre que possível unido, e porque era unânime entre eles o desejo de mudar de curso. Ao iniciar o Curso de Ciências Sociais, a estudante afirmou ter percebido mudanças muito grandes nas relações com os colegas, mas experimentou novamente uma situação de constrangimento pelo fato de um professor não ter permitido que ela fizesse uma colocação em sala de aula e, no final do semestre, diante da sua aprovação com uma boa nota, ter afirmado abertamente que havia se surpreendido com esse resultado, pois esperava que ela fosse reprovada sem sequer ter direito a fazer prova final.

A participação em cursos preparatórios voltados para estudantes de baixa renda e/ou para estudantes negros foi outro fato considerado importante pelos estudantes, seja por criar uma oportunidade para suprir as deficiências da formação básica, aumentando as chances de aprovação no vestibular, seja por criar espaços para a discussão sobre a questão do racismo e sobre a importância do acesso ao ensino superior. Segundo o relato de uma estudante, a participação em um curso preparatório voltado para estudantes negros foi algo decisivo na mudança da sua percepção sobre o racismo na sociedade e na sua vida pessoal e, a partir daí, o ingresso na universidade se revestiu de maior importância. Segundo a estudante:

“Quando eu entrei lá eu acordei. Eu comecei a pensar: ‘Eu tenho que entrar na universidade para mudar a minha trajetória’ ” (estudante do curso de Estatística).

Ao descrever as mudanças na sua vida pessoal associadas a esta experiência, a estudante comentou que, assim como as primas e tias, antes tinha vergonha de trançar o cabelo, mas que o seu conceito de beleza mudou e, além de usar as tranças, passou a conversar sobre esse assunto com os familiares. Mesmo depois do seu ingresso na UFBA essa estudante continuou participando de atividades realizadas pelo Curso Preparatório e também comentou sobre as dificuldades de adaptação no ambiente existente no seu curso, pois não havia interesse por parte dos colegas, em sua maioria brancos, mas mesmo entre os negros, na discussão sobre a 'questão racial'. Na sua opinião, como se tratava de um curso na área de Ciências Exatas (Estatística), o que prevalecia era o interesse pelos cálculos, mas não havia qualquer discussão sobre temas e problemas sociais. Como exemplo, citou que não havia qualquer discussão sobre as cotas para estudantes de escolas públicas e negros na UFBA.

Sobre a trajetória educacional posterior ao ingresso na UFBA, é importante assinalar que foi feito um acompanhamento do coeficiente de rendimento dos estudantes ao longo do período de participação no Projeto (2002-2004), bem como uma análise do rendimento nas disciplinas cursadas. Com base nestes números foi possível verificar que oito entre os vinte estudantes obtiveram ao final desse período médias acima de 8,1, oito obtiveram médias entre 7,0 e 8,0, e apenas três estudantes obtiveram médias abaixo de 7,0. Esse resultado pode ser considerado muito bom e contraria as expectativas negativas e os argumentos que têm sido utilizados em muitos posicionamentos contrários à implementação de programas de ação afirmativa no ensino superior, que fazem referência às supostas dificuldades que os estudantes oriundos de escolas públicas teriam para acompanhar os cursos de graduação, e à grande probabilidade de fracasso e abandono.

Foram criadas oportunidades de mobilidade estudantil durante o vínculo dos estudantes ao PROJETO TUTORIA que permitiram que cinco entre os vinte participantes realizassem um semestre de estudos em universidades nos Estados Unidos. Quatro dos estudantes são do Curso de Ciências Sociais e uma do Curso de Psicologia, sendo que esta última participou de dois programas distintos, completando no total o período de um ano de estudos em duas universidades diferentes nos Estados Unidos. Essa experiência foi considerada pelos participantes como decisiva para o amadurecimento intelectual e pessoal, trazendo ainda como benefício o aumento da proficiência em língua inglesa, que é

fundamental para o início dos estudos de pós-graduação. A participação de estudantes oriundos de escolas públicas, e negros, em programas de intercâmbio no exterior também foi considerada importante pela Reitoria por contribuir para a internacionalização do programa de ação afirmativa da UFBA.

O amadurecimento político e pessoal dos estudantes ao longo do curso de graduação também foi verificado através da qualidade das intervenções dos mesmos nas atividades realizadas no âmbito do Projeto – como seminários e debates –, e foi notado pelo avaliador externo durante a visita e as entrevistas realizadas com os estudantes. Além disso, o fato de que alguns deles tenham decidido participar de eventos, como o Fórum Social Mundial de Porto Alegre e as mobilizações organizadas pelos estudantes reivindicando cotas para negros na Universidade, e se engajar no ativismo político universitário, são evidências de que houve incentivo ao protagonismo e à participação política. Estas experiências, certamente, favoreceram a criação de laços e de interações com outros jovens universitários e participantes de organizações comunitárias com atuação no âmbito local.

As transformações ocorridas nas atitudes individuais dos estudantes selecionados podem ser vistas também a partir das alterações nos discursos e práticas associadas à afirmação de si como ‘negros’. Seja nas atividades realizadas em grupo, ou nas atividades cotidianas realizadas individualmente, foram inúmeras as evidências de que a trajetória acadêmica destes jovens estava sendo permeada por auto-reflexões e auto-imagens que remetem à valorização positiva do ser ‘negro’. Isso se refletiu nas opções feitas em termos estéticos, com mudanças visíveis, por exemplo, nos penteados que passaram a incluir o uso de tranças de vários tipos, tanto no caso dos homens quanto das mulheres. E foi objeto de reflexão também nas falas dos estudantes que apontaram o início da vida universitária como um marco importante de uma mudança individual que foi percebida no sentido de se reconhecer como ‘negro’.

Em relação a esse aspecto, outros projetos que também forneceram bolsas para estudantes universitários negros, de baixa renda, obtiveram resultados semelhantes aos da UFBA. Por exemplo, ao relatar a experiência do ‘Programa Ações Afirmativas na UFMG’, Gomes comenta que entre os jovens participantes foi possível observar que houve ‘a (re)construção da própria identidade negra, transformando-a de maneira positiva’ (2005: 264). Sobre o ‘Projeto Passagem do Meio’, da Universidade Federal de Goiás, Santos

também comenta que houve ‘mudanças na identidade racial de muitos dos integrantes do projeto’ (2005: 276), no sentido da adoção do termo ‘negro’ que teriam sido resultado das atividades realizadas no âmbito do Projeto (discussões, palestras etc.). Na mesma direção, Brandão e Oliveira apontam para a formação da identidade negra como um ‘ganho subjetivo’ do Projeto implementado na Universidade Federal Fluminense (2005).

A preocupação com o racismo e temas correlatos se refletiu até mesmo na escolha dos objetos de estudo, mesmo entre estudantes de outros cursos fora da área de Ciências Sociais, como foi o caso de um estudante de Licenciatura em Teatro e de uma estudante de Psicologia. Sobre a criação de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e ‘negros’ na UFBA, mesmo não tendo sido beneficiados diretamente por tal medida (já que ingressaram em 2002) foi unânime a aprovação desta medida entre os participantes do Projeto Tutoria⁵.

Vale ressaltar, no entanto, que existem diferenças no modo como esses estudantes estão construindo a identidade ‘negra’, ou seja, o fato de todos eles afirmarem que são ‘negros’ e demonstrarem isso através de seus discursos e práticas, não significa que o espaço para as opções individuais em termos de *como* ser negro tenha desaparecido. Pelo contrário, esses estudantes demonstraram de várias maneiras o quanto valorizam o fato de poderem ter autonomia para fazer as suas opções individuais. Por exemplo, em termos de participação política foi possível observar que somente alguns se envolveram mais diretamente com organizações dos movimentos negros locais, enquanto outros atuaram em grupos culturais – de teatro – e religiosos – católicos e protestantes –, e outros, ainda, se dedicaram apenas às atividades acadêmicas. Com base nas evidências produzidas a partir das entrevistas, a conclusão é que muitos estudantes se afirmam como *negros* e, ao mesmo tempo, como *indivíduos*, com direito de fazer opções, sem as restrições que as demandas e as expectativas exteriores, muitas vezes, colocam. E tal afirmação do ser ‘negro’ está associada a mudanças na auto-imagem, com a reversão de representações negativas e a elevação da auto-estima, e, portanto, dizem respeito, ou têm impacto, sobre uma das dimensões da identidade individual. Em outras palavras, estas evidências sinalizam para mudanças na concepção de si que se traduzem na afirmação de sujeitos antes construídos

⁵ Esse resultado é distinto daquele que obtive em outra pesquisa que realizei com estudantes de graduação de uma universidade pública de São Paulo, entre os anos de 2000 e 2001, onde analisei as preferências dos estudantes em relação às políticas anti-racistas (Barreto, 2003).

como objetos – racializados -, que se empenham na busca por inserção social e reconhecimento como indivíduos.

2.2 O BRASIL AFROATITUDE - UFBA

Em cada uma das dez Instituições de Ensino Superior que participam do BRASIL AFROATITUDE – Programa Integrado de Ações Afirmativas para Estudantes Negros foram selecionados 50 estudantes negros, beneficiários dos programas de ação afirmativa destas universidades. Além de bolsa de valor equivalente à Bolsa de Iniciação Científica, o Programa prevê a integração dos estudantes em projetos de pesquisa, extensão e monitoria, abordando temas como prevenção às DSTs/AIDS e ação afirmativa no Brasil.

O processo seletivo para a escolha dos estudantes na UFBA ocorreu ao longo do primeiro semestre de 2005, mas as bolsas só começaram efetivamente a serem pagas no segundo semestre. Foi divulgado que seriam selecionados 50 estudantes ‘negros’ beneficiados pelo sistema de reserva de vagas e, assim como ocorreu com o Projeto Tutoria, a Coordenação aceitou a inscrição de todos os estudantes que se apresentaram, independente da tonalidade de cor da pele. Este procedimento é condizente com aquele adotado no programa de ação afirmativa da UFBA que se baseia para a identificação dos ‘negros’ na resposta oferecida pelos candidatos para o quesito cor que consta no formulário preenchido pelos candidatos ao exame vestibular na UFBA⁶. Para a escolha entre os 123 candidatos que participaram do processo seletivo foi utilizado o critério renda familiar e, posteriormente, a análise de uma redação sobre tema indicado pela Coordenação.

⁶ Todos os que, tendo estudado em escolas públicas, escolheram as opções ‘preto’, ‘pardo’ ou ‘indígena’ se qualificam para a participação no programa.

TOTAL DE ALUNOS SELECIONADOS POR CURSO

CURSOS	NÚMEROS DE ALUNOS
CIÊNCIAS SOCIAIS	9
ARQUITETURA	11
ESTATÍSTICA	1
PSICOLOGIA	2
ENFERMAGEM	2
MEDICINA	1
ENGENHARIA	4
C. ECONÔMICAS	6
HISTORIA	3
LIC. TEATRO, MÚSICA	4
MUSEOLOGIA	1
FILOSOFIA	3
SECRET. EXECUTIVO	1
BIBLIOTECONOMIA	2
TOTAL	50

Os estudantes participantes formam um grupo bastante heterogêneo em termos de curso freqüentado e, embora existam aqueles que demonstraram ter experiência prévia de atuação em organizações dos movimentos negros locais, incluindo aquelas que atuam dentro da UFBA, a maioria é formada por estudantes que não têm esse tipo de experiência.

Um dos grandes desafios do PROGRAMA BRASIL AFROATITUDE - UFBA foi sensibilizar diretores das Faculdades, Coordenadores de Cursos e os próprios professores para a importância de incluir os estudantes selecionados em suas equipes de pesquisa, extensão ou monitoria. Como os estudantes se encontravam no início dos seus cursos, houve resistência por parte de alguns professores que alegavam não ter como acolher um estudante que ainda não tinha uma formação mínima na sua área. Como se tratava de uma proposta nova e diferente dos moldes dos Programas de Iniciação Científica já existentes, que admitem estudantes apenas a partir do quarto semestre, foi necessário em muitos casos discutir individualmente com os professores como se poderia criar um plano de trabalho para o(a) estudante que fosse compatível com as características do curso freqüentado. Alguns professores demonstraram muito interesse, levaram o assunto para discussão em reunião do Departamento e, a partir daí, fizeram uma proposta que foi considerada a mais adequada para a situação, como ocorreu com uma estudante do Curso de Estatística que realizou atividades de monitoria em uma disciplina. O apoio demonstrado pelas direções

das Faculdades, Coordenadores de Cursos e pelos próprios professores foi decisivo para que os estudantes fossem mais rapidamente inseridos em atividades de pesquisa, extensão ou monitoria. E onde esse apoio foi menor, ou inexistente, houve mais lentidão e dificuldade na absorção dos estudantes.

A sistematização e avaliação das experiências dos participantes do PROGRAMA BRASIL AFROATITUDE - UFBA através das atividades de pesquisa, extensão e monitoria realizadas pelos estudantes ainda está sendo feito, mas já é possível constatar que houve casos extremamente bem-sucedidos de estudantes que foram indicados pelos professores para dar continuidade ao vínculo com os projetos de pesquisa como bolsistas de Iniciação Científica, ou que se destacaram na realização de atividades de extensão, por exemplo, em bibliotecas, Museus e na Secretaria de Saúde do Município de Salvador.

A análise comparativa do rendimento dos estudantes no segundo semestre de 2005 e primeiro semestre de 2006 também está em andamento, mas houve casos de estudantes com um rendimento excelente e casos de reprovação, assim como ocorre com quaisquer outros estudantes, e uma questão que se coloca é se a reprovação deveria ser considerada motivo suficiente para o desligamento de um(a) estudante do PROGRAMA BRASIL AFROATITUDE - UFBA. O problema é que se este visa apoiar a permanência de estudantes negros, oriundos de escolas públicas, desligar um(a) estudante no caso de reprovação não parece ser a melhor solução. Por outro lado, a experiência do PROJETO TUTORIA e do PROGRAMA BRASIL AFROATITUDE - UFBA mostrou que a existência de condições para a continuidade da bolsa é crucial para que haja mais interesse e valorização das oportunidades de pesquisa/extensão criadas pelos projetos.

Vale destacar que houve casos de estudantes que solicitaram o desligamento do Programa porque declararam que precisavam trabalhar para contribuir financeiramente com a família, já que o valor da bolsa não era suficiente. Esses fatos chamam a atenção para a situação de alguns estudantes que optam por conciliar estudo e trabalho, e que, portanto, não podem ser incorporados a um Programa com esse formato.

5. CONCLUSÕES

As experiências do PROJETO TUTORIA e do BRASIL AFROATITUDE – UFBA permitem comprovar que a existência de iniciativas que conciliem a garantia de bolsas de ajuda de custo e a criação de oportunidades de pesquisa, extensão e monitoria é muito importante, especialmente, para os estudantes oriundos de escolas públicas, negros, que são provenientes de famílias de renda muito baixa. Para esses estudantes, o suporte recebido logo no início dos cursos de graduação tem um efeito imediato, mas também de médio e longo prazo, aumentando as chances de construção de trajetórias acadêmicas bem sucedidas. Além de minimizar os problemas financeiros, tais iniciativas permitem a criação de espaços amigáveis e de acolhimento para esses estudantes, diminuindo o sentimento de inferioridade que é parte do processo de exclusão social e racial.

Embora a existência das bolsas de ajuda de custo seja necessária, é fundamental que os projetos de apoio à permanência aprofundem a discussão sobre a proposta pedagógica visando o suporte acadêmico nas diversas áreas e a formação anti-racista, o que não é uma tarefa simples, pois exige o envolvimento de docentes e administradores acadêmicos, em um contexto em que os professores já estão extremamente sobrecarregados e, muitas vezes, com dificuldades para atender às demandas de orientação em nível de graduação.

Para que o impacto desses projetos seja maior é necessário, ainda, levar em conta as características específicas dos programas de ação afirmativa de cada universidade e a composição da população local, bem como garantir a inserção dos mesmos em um conjunto mais amplo de ações voltadas para a resolução de problemas enfrentados nas instituições de ensino superior públicas. É evidente que as restrições orçamentárias, a falta de funcionários e docentes, a falta de suporte técnico, as greves, a burocracia existente nos processos dos vários órgãos etc. dificultam a implementação (e institucionalização) desses projetos, mas não são suficientes para impedir que experiências inovadoras provoquem a reflexão por parte de toda a comunidade acadêmica sobre a importância da maior democratização destas instituições.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, P.C. da S. (2004). “As políticas anti-racistas em debate”, in *O Público e o Privado*, n.03, p. 127 –143.
- BARRETO, P. C. da S. (2003). *Racismo e anti-racismo na perspectiva de estudantes universitários de São Paulo*. Tese defendida na Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.
- BARRETO, P. C. da S.; OLIVEIRA, C. L. P. (2003). “Percepção do racismo no Rio de Janeiro”, in *Estudos Afro-Asiáticos*, 2, p.183-213.
- BRANDÃO, A. A.; OLIVEIRA, I. (2005). “Avaliação da política de ação afirmativa para permanência de alunos negros na UFF”, in *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: SECAD/MEC.
- CARVALHO, J. J. de. (2002). “Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa”, in QUEIROZ, D. M. (coord.), *O Negro na Universidade*. Salvador: Programa A Cor da Bahia/FFCH/UFBA, p. 79-99 [Novos Toques, 5].
- FRY, P. (2005). *A persistência da raça. Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- FRY, P.; MAGGIE, Y. (2004). “Cotas raciais – construindo um país dividido?”, in *Econômica*, Rio de Janeiro, v.6, pp.153-161.
- GOMES, N.L (2005). “A universidade pública como direito dos(das) jovens negros(as) – a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG”, in *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: SECAD/MEC.
- GUIMARÃES, A.S.A. (2003). “Acesso de negros às universidades públicas”, in *Cadernos de Pesquisa*, n.118, p. 247-268.
- GUIMARÃES, A.S.A. (1999). ‘Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos’, in GUIMARÃES, A.S.A., *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: FUSP/Editora 34, p. 195-224.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (2003). *Origens e Destinos. Desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS.
- HENRIQUES, R. (2001). *Desigualdade racial no Brasil. Evolução das condições na década de 90*. Brasília: IPEA [Texto para discussão, 807].

SANTOS, J.T.; CARVALHO, M.J.; MARINHO, M.B.; ALMEIDA FILHO, N. (2005). *Ações afirmativas na universidade pública: o caso da UFBA*. Salvador: CEAO-UFBA.

SANTOS, J. T. dos; QUEIROZ, D. M. (2005-2006). “Vestibular com cotas: análise em uma instituição pública federal”, in *REVISTA USP*, São Paulo, n.68, p.58-75.

SANTOS, S.A (2005). “Projeto passagem do meio – uma política de ação afirmativa na Universidade Federal de Goiás”, in *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: SECAD/MEC.

SILVA, N. do V. (2000). “Extensão e Natureza das Desigualdades Raciais no Brasil”, in GUIMARÃES, A.S.; HUNTLEY, L. (org.), *Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, p. 33-51.

SILVA, C. da (Org.) (2003). *Ações Afirmativas em educação: experiências brasileiras*. São Paulo: Summus.

SILVÉRIO, V.R. (2002). “Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil”, in *Cadernos de Pesquisa*, n.117, p.219-246.